

ATA DA 8ª. REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A -EBC REALIZADA AOS SETE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE NO CNTC CENTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO - BRASÍLIA - DF, NA FORMA ABAIXO: Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, às quatorze horas, CNTC - Centro Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Brasília - DF, reuniu-se o Conselho Curador da EBC, convocado na forma do artigo 28 do Decreto nº 6.689 de 11 de dezembro de 2008, publicado no DOU de 12 de dezembro de 2008, com a presença dos seguintes membros: Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Presidente do Conselho; Franklin de Souza Martins, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; João Luiz Silva Ferreira, Ministro de Estado da Cultura; Ângela Gutierrez; Cláudio Salvador Lembo; Ima Célia Guimarães Vieira, José Antônio Fernandes Martins; José Paulo Cavalcanti Filho; Monoel Roberto Seabra Pereira; o representante dos Funcionários, Lourival Antonio Macedo; Maria Tereza Cruvinel, na qualidade de Diretora-Presidente da EBC; Paulo Américo Sebastiany Rufino, na qualidade de Diretor-Geral; Ricardo de Almeida Collar, na qualidade de Secretário-Executivo além dos seguintes diretores da EBC: Helena Chagas, Diretora de Jornalismo; José Roberto Garcez, Diretor de Serviços; Roberto Gontijo, Diretor de Suporte; Diretor Jurídico, Luis Henrique Martins dos Anjos; Delcimar Pires, Diretor Administrativo e Financeiro; Laurindo Leal, Ouvidor Geral da EBC e o Secretário da mesa, Lauro de Oliveira. O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende não compareceu tendo sido representado pelo senhor Ideu de Castro Moreira. O Ministro da Educação Fernando Haddad e os membros, Ana Luiza Fleck Saibro; Antônio Delfim Neto; Isaac da Silva Pinhanta; José Bonifácio de Oliveira Sobrinho; Lúcia Willadino Braga; Maria da Penha Maia Fernandes e Rosa Lúcia Benedetti justificaram suas ausências. A reunião foi convocada para atender a seguinte pauta: I) Abertura; II) Posse do Conselheiro Representante da Câmara, senhor Manoel Roberto Seabra Pereira; III) Debate sobre Audiência Pública; IV Plano de Trabalho 2009; V) Conceito da grade de programação da TV Brasil; VI) Informe sobre os canais digitais da EBC e sua multiprogramação; VII) Informe sobre operador de rede; VIII) Informe sobre o Fórum de TV"S Públicas; IX) Assuntos Gerais - Deliberações: I) Abertura - Iniciando os trabalhos senhor Presidente falou sobre os itens de pauta e manifestou, como questão preliminar, a idéia de propor e de levar à consideração dos conselheiros um voto de solidariedade e de prestigio à Diretora-Presidente, em função de entrevista dada pelo Diretor Leopoldo Nunes. Colocado em debate, houve manifestação favorável dos senhores Conselheiros e particularmente dos Conselheiros Martins, Cláudio Lembo, Ângela Gutierrez e Lourival Macedo. Em seguida passou-se a palavra a senhora Diretora-Presidente que discorreu sobre o episódio e agradeceu aos senhores Conselheiros a manifestação de confiança e a iniciativa. O senhor Presidente agradeceu à Diretora-Presidente da EBC a explicação, sucinta e objetiva a respeito das questões envolvendo o objeto da manifestação. II) Posse do Conselheiro Representante da Câmara, senhor Manoel Roberto Seabra Pereira - O senhor Presidente deu posse então, ao Conselheiro Manoel Roberto Seabra e passou-lhe a palavra que assim se manifestou: O discurso é um pouco lembrando a minha trajetória e não se compara de outros que estão aqui, mas de certa forma tem uma razão porque eu estou aqui hoje. "Senhor Presidente, senhoras e senhores do Conselho Curador da EBC. Há exatos 25 anos iniciava o meu curso de Comunicação Social na Universidade de Brasília onde me deparei desde o começo com questões ligadas a democratização da comunicação no Brasil. Integrei a turma que exigia do governo federal aquela época a criação da Rádio UNB. Hoje a concessão acabou sendo entregue ao governo do Distrito Federal. Acompanhamos também os debates durante a Assembléia Nacional Constituinte onde também desempenhei pela primeira vez a função de repórter. Lá vi ser construído o capítulo da ordem social que trata do tema da comunicação. Acompanhei em especial o debate em torno do Artigo 223 da Constituição que definiu que sobre os serviços de radiodifusão sonora e de sons de imagens será observado o principio da complementaridade dos sistemas privados, público e estatal. Nos anos seguintes acompanhei a aprovação da lei de TV a cabo que permitiu o surgimento das TVs legislativas, o qual, hoje é onde eu trabalho e além da multiplicação das emissoras de caráter comunitárias e educativas. Com e com toda essa história e o surgimento da lei de TV a cabo a definição sobre o conceito de público tornou-se problemática. Emissoras controladas administrativamente por organismos governamentais, mas com programação aberta de diversos segmentos sociais assumiram o caráter público mesmo que o seu controle continue sendo feito pela esfera do estado. Por outro lado rádios e tvs que deveriam servir as comunidades locais foram aos

V



ATA DA 8ª. REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A -EBC REALIZADA AOS SETE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE NO CNTC -CENTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO - BRASÍLIA - DF, NA FORMA ABAIXO: poucos servindo a interesses privados e em geral com viés político pessoal. E o sistema privado por sua vez tratou de ocupar o espaço tradicionalmente voltado para a comunicação estatal ao ampliar o leque de programas educativos, culturais e de utilidade pública. O resultado é que hoje temos uma implicação entre os três sistemas. O que era para ser complementar e como define a Constituição tem se mostrado superposto prejudicando uma análise ou dificultando uma análise sobre o papel de cada um dos sistemas do processo de construção de uma comunicação voltada para que o que prescreve a lei maior, ou seja, finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e que também promova a cultura nacional e regional e estimule a produção independente e que permita a regionalização da produção cultural, artística e jornalística e que além disso respeite os valores éticos e sociais da pessoa e da família. Artigo 221. Tal super posição ao nosso ver adiou uma definição sobre o que cabe a cada de um dos subsistemas dentro de uma almejada sistema nacional de comunicação que requer regulamentação precisa e repartição justa de recursos humanos e materiais para fazer andar o que preconiza a Constituição. É nesse ponto que cresce de importância à criação da EBC, que surge não apenas como catalisadora do campo público. Ao permitir a criação de um Conselho Curador como este que aqui se reúne hoje a EBC torna-se também um importante espaço do debate e do contraditório sobre a comunicação social, além disso, o projeto de criação de uma infra-estrutura para todas as emissoras ligadas aos Três Poderes e tendo a TV Brasil como cabeça de rede é proposta que poderá revolucionar a comunicação no Brasil ao permitir que a TV Digital comece a funcionar de forma plural atendendo aos preceitos constitucionais diferente do que foi a história da TV Analógica a partir dos anos 50 do século passado. Mas, o mais importante senhores e senhoras conselheiras é a mudança que foi feita nesses últimos anos o sentido de transformar a comunicação social em uma política pública de governo. É fundamental que abandonemos de vez aquela comunicação apenas como estratégica, apenas como meio para atingir objetivos políticos. Assim como hoje o país dispõe de uma política de educação, de uma política de saúde, de uma política de cultura, precisamos definir e consagrar uma política pública de comunicação. E a criação da EBC foi um grande passo para que isso ocorra, mas precisamos avançar com a consolidação da Rede de Emissoras Pública e a realização da 1ª Conferência de Comunicação. Ao olharmos para a comunicação como política pública assumiremos um compromisso fundamental com a promoção de políticas sociais de emancipação da população com menor poder aquisitivo, de redução das desigualdades econômicas e sociais existentes no país e de fortalecimento da cultura nacional de novo e como bem preconiza a nossa Constituição. Também seria papel da comunicação social pública alargar o mercado de bens simbólicos colaborando no projeto de desconcentração de renda e de impulso na produção audiovisual brasileira, audiovisual e jornalística brasileira. Não se trata mais de ver a comunicação como área a meio, mas como áreas afins das políticas públicas. Encerro lembrando que se há 25 anos eu lutava pela criação da Rádio da UNB, hoje vejo com alegria que a Universidade onde eu estudei dispõe de uma emissora só para ela. E que se antes eu precisa acampar juntamente com os meus colegas da UNB na porta do Ministério da Educação para tentar conseguir uma audiência como Ministro para pedir a tal rádio, audiência essa que nunca haveria, hoje temos a oportunidade de debater com vários Ministros do governo os rumos da comunicação pública. Avançamos muito nesses 25 anos e precisamos avançar ainda mais para tornar a comunicação pública uma ferramenta de "desenvolvimento social". Obrigado. III) Debate sobre Audiência Pública - O senhor Presidente passou então ao terceiro item da pauta, frisando que é um item sobre o qual todos devem se debruçar com cuidado, que é o estabelecimento de critérios e normas para a Audiência Pública e pediu que todos fossem sucintos com relação ao assunto, detalhando que em primeiro lugar trataria-se da questão da inscrição, quem é que seria admitido e o que o Conselho vai considerar como instituições e pessoas ou organizações sociais e quais as instituições que serão admitidas nessa audiência. Seguiu-se à manifestações dos Conselheiros sobre o assunto tendo sido decidido que a Audiência seria no dia nove de julho e que se realizaria uma reunião preliminar, no dia dezesseis de junho, quando à pedido do Ministro Franklin Martins, a diretoria deveria apresentar ao Conselho um relatório sobre o Fórum da TV Publica, a acontecer entre os dias vinte sete e vinte oito de maio. Decidiu-se também pela nomeação de uma comissão para analise do Edital, composta pelos Conselheiros Cláudio Lembo, Ângela Gutierrez e Ima Guimarães e que o





ATA DA 8ª. REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A -EBC REALIZADA AOS SETE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE NO CNTC CENTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO - BRASÍLIA - DF, NA FORMA ABAIXO: Diretor Jurídico Luiz Henrique dos Anjos elaboraria uma minuta de Edital, com as condições básicas de participação e encaminharia aos senhores Conselheiros para analise. IV) Plano de Trabalho 2009 - Com a palavra a senhora Diretora-Presidente, em pontos gerais discorreu sobre o Plano de Trabalho para dois mil e nove e salientou que a diretoria vai, sempre, apresentar ao Conselho em cada reunião, uma atualização do referido Plano. Durante a exposição a Diretora-Presidente particularizou sobre a estréia do sinal digital em Brasília, no Rio de Janeiro em caráter experimental; sobre a transformação da antiga Diretoria de Programação e Conteúdo em Diretoria de Produção e sobre aprovação pelo Conselho de Administração e Diretoria, da Norma para Concursos de Produções Independentes. Em seguida passou-se a palavra ao Diretor-Geral Paulo Rufino, que apresentou o item cinco da pauta, Conceito da grade de programação da TV Brasil. O Diretor-Geral Paulo Rufino fez um relato sobre conceitos de Grade e Programação e idéias que estão por baixo destes conceitos, que vão fazer com que novos programas sejam encomendados à produção, para atender as demandas da grade. Passou a seguir a discorrer sobre as diversas faixas e a evolução da programação, de acordo com a evolução dos horários e respectivos públicos. O Ministro Franklin Martins com a palavra, enfatizou ser importante à discussão de alguns programas e programação. Continuou dizendo que alguns seguimentos poderiam ser debatidos e que o Conselho poderia contribuir se ganhasse ferramentas para poder criticar e que se tenha um grupo que passe um mês vendo a programação, citando como exemplo a infantil, e apresentar comentários. Que se escolha seguimentos e que permita que a cada reunião se faça uma avaliação sobre esse seguimento de programação. O Presidente do Conselho entendeu que se poderia distribuir essas tarefas de avaliações dos programas aos Conselheiros, ao tempo em que a Conselheira Ima propôs os seguintes seguimentos: infantil; juvenil; adulto; ciência e meio ambiente e artes, tendo o Ministro Franklin Martins solicitado que se acrescentasse o jornalismo. O Ministro Franklin Martins continuou dizendo que seria importante que cada Conselheiro viesse para próxima reunião com quais os temas que ele gostaria de contribuir, para a partir daí organizar uma sequência de acompanhamento e posteriormente os respectivos relatórios de trabalho e pediu que a Conselheira Ima ficasse encarregada de conversar com o Conselheiro Paulo e preparar quais seriam esses seguimentos, para que na próxima reunião cada apresente onde se sente mais confortável. Os assuntos constantes dos itens seis, sete e oito não foram tratos. IX) Assuntos Gerais - O Ministro Franklin Martins pediu a palavra e solicitou a inclusão de dois assuntos: o primeiro sobre a substituição dos Conselheiros que pediram afastamento e sobre o que se pode discutir sobre a grade. Sobre o primeiro ponto falou sobre delegação para que fizesse algumas consultas e que havia conversado com o Presidente Belluzzo e gostaria de informar aos Conselheiros. Apresentou então alguns currículos para apreciação a saber: Paulo Ramos Derengovski - cineasta, autor, pesquisador, ambientalista, para substituir Luiz Edson Fachin; Daniel Aarão Reis Filho - professor, autor, para substituir Wanderley Guilherme dos Santos; João Jorge Santos Rodrigues - Fundador do projeto OLODUM, para substituir o Alex Pereira dos Santos (MV BILL) e do Murilo César Ramos, aventado para a vaga do Conselheiro Antônio Delfim Neto, diante da possibilidade de sua saída. Informou ainda, que tecnicamente são atos de nomeação pelo Presidente da Republica, mas que acreditava que diante da manifestação dos senhores Conselheiros, os nomes serão acolhidos. Colocado em votação os nomes foram acolhidos por unanimidade. Quanto ao segundo ponto, discussão da grade, enfatizou tratar-se de questão que poderia ser discutida e que a Conselheira Ima havia proposto a organização da pauta da próxima reunião e que o Conselho precisa discutir mais conteúdo, reforçando o tema já debatido quando da questão dos seguimentos e disse que esse tema o Colegiado poderia incluir para discussão. O Presidente do Conselho em seguida propôs que para a próxima reunião que alguém da área fizesse uma exposição para que se discutisse como formalizar seguimentos de alternativa para o publico, ao tempo em que o Ministro Franklin Martins propôs que o Ministro João Luiz trouxesse um especialista sobre o assunto. O Presidente do Conselho questionou aos presentes se teriam algum outro assunto a ser tratado, e não havendo, agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião. Para constar, eu, Lauro de Oliveira Chaves, secretariei a reunião, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes na reunião.

fur.



ATA DA 8ª. REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A - EBC REALIZADA AOS SETE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE NO CNTC - CENTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO - BRASÍLIA - DF, NA FORMA ABAIXO:

LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO

Presidente

FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

Ministro de Estado da Cultura

ÂNGELA GUTIERREZ

Conselheira

CLÁUDIO SALVADOR LEMBO

Conselheiro

IMA CÉLIA GUIMARÃES VIEIRA

Conselheira

JOSÉ ANTÔNIO FERNANDES MARTINS

Conselheiro

JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Conselheiro

MANOEL ROBERTO SEABRA PEREIRA

Conselheiro

LOURIVAL ANTÔNIO MACEDO

Representante dos Funcionários

Conselheiro

MARIA TEREZA CRUVINEL

Diretora-Presidente da EBC

PAULO AMÉRICO SEBASTIANY RUFINO

Diretor-Geral da EBC

**LAURO DE OLIVEIRA CHAVES**